

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Opinião](#)
- [Agenda Cultural](#)

Apresentação

A **69ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas(os) que queiram colaborar.

Editorial

Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher

Na data de 10 de outubro de 1980 mulheres do movimento feminista ocuparam a escadaria do Teatro Municipal em São Paulo para protestar contra os altos índices de violência contra a mulher. Desde então, no mencionado dia comemora-se o Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher. O objetivo da data é incentivar a reflexão dos números da violência contra a mulher e o que se tem feito para combater o problema.

Não se pode olvidar que a ideologia sexista é a base do preconceito e discriminação contra as mulheres. Nesse sentido, as diferenças existentes entre homens e mulheres são valoradas culturalmente, a partir de uma ideologia sexista, e via de regra, características consideradas hierarquicamente inferiores são associadas ao gênero feminino. Homens e mulheres passam a ter papéis e expectativas sociais, que podem conduzir a um processo de anulação de subjetividades e de naturalização das diferenças.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Assuntos em destaque

Direito& Sociedade

Número de mulheres mortas em São Paulo bateu recorde em agosto

O recorde de casos se deu em agosto, quando 12 assassinatos foram registrados no Estado

Somente no Estado de São Paulo, entre janeiro e agosto deste ano pelo menos 63 mulheres foram mortas por seus companheiros. Esses crimes se enquadram como homicídio com agravante de feminicídio, que é quando o crime se dá pelo fato de a vítima ser uma mulher, por ocorrer em ambiente de violência doméstica ou por menosprezo da condição de mulher ou discriminação.

O recorde de casos se deu em agosto, quando 12 assassinatos foram registrados no Estado.

Morta pelo marido com quatro tiros, na capital, em 12 de agosto, Geisa Daniele Soares Feitosa, de 30 anos, tinha cinco filhas. No dia 21 do mesmo mês, atingida com dois tiros na cabeça, também na capital, Celina Moura Mascarenhas Gama, de 35 anos, deixou um filho

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A lei que pode tirar milhares de mulheres das prisões no Brasil

Marco Legal da Primeira Infância abre porta para presas provisórias que sejam gestantes ou mães de crianças até 12 anos; pesquisa da Fiocruz com mulheres presas pelo Brasil constatou que 83% delas têm pelo menos um filho

“É inacreditável que precisemos de uma lei para dizer que uma mulher não pode ser algemada na maca do hospital no momento do parto”, diz Maíra Fernandes, uma das coordenadoras da pesquisa “Mulheres e crianças encarceradas: um estudo jurídico-social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro”. A pesquisadora, que foi presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, se refere à lei 13.434, sancionada em abril deste ano.

Estar algemada durante o processo de parto é apenas uma das múltiplas violações de direitos perpetradas por agentes do Estado contra as mulheres encarceradas no Brasil. A pesquisa “Nascer na prisão”, publicada pela Fiocruz em 2016, entrevistou 241 mulheres que viveram gestação e parto enquanto estavam presas em unidades de 24 Estados brasileiros e do Distrito Federal. Destas, 36% disseram que foram algemadas em algum momento da internação para o parto, sendo que 8% estavam com algemas no momento do nascimento de seu bebê.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Saiba como ajudar e o que não dizer a uma mulher que sofreu violência sexual

Na hora de mostrar apoio, muita gente comete deslizes e faz comentários indelicados

A hashtag #MeToo, ou #EuTambém, tem ajudado a expor diversos casos de abuso ou assédio contra mulheres. Algumas relatam que mantiveram a violência em silêncio por vergonha, medo do abusador, relação de poder ou mesmo por não perceberem a gravidade da situação quando ela ocorreu.

“Eu nunca falei sobre essas coisas publicamente porque, como mulher, sempre pareceu que seria como se eu estivesse falando do tempo lá fora”, relatou a atriz Molly Ringwald em depoimento publicado na revista *The New Yorker*. O assunto e a hashtag voltaram à tona depois dos relatos de dezenas de atrizes que sofreram abusos do produtor Harvey Weinstein.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Eleonora Menecucci é absolvida em processo movido por Alexandre Frota

Decisão em segunda instância emocionou as dezenas de mulheres que se mobilizavam em frente ao Fórum

A ex-ministra de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci, foi absolvida em segunda instância da acusação a título de danos morais, por ter afirmado que Alexandre Frota fez apologia ao estupro durante um programa de televisão. Em maio deste ano ela havia sido condenada a pagar R\$10 mil a Frota.

Dezenas de mulheres se mobilizaram em defesa da ex-ministra, em frente ao Fórum João Mendes Junior, na zona central de São Paulo, onde ocorreu o julgamento. Durante sua chegada ao Fórum, o Frota entrou em confronto com os manifestantes, e chegou a bater em um deles.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

11 motivos que levam as mulheres a deixar de denunciar casos de assédio e violência sexual

Nas últimas duas semanas, ao menos 20 atrizes, modelos e assistentes disseram ter sido assediadas ou estupradas por Harvey Weinstein, magnata do cinema americano e cofundador da Miramax, produtora de clássicos como "Pulp Fiction", e da The Weinstein Company.

Embora seu comportamento não fosse exatamente um segredo em Hollywood - piadas sobre sua abordagem a mulheres já haviam sido feitas no anúncio de indicados do Oscar e na série "30 Rock" -, parte das vítimas só resolveu falar após a publicação das reportagens das publicações americanas The New York Times e da New Yorker. Por meio de nota, Weinstein negou todas as acusações de sexo não consensual.

Ao longo de três décadas, profissionais que vieram a público contar que foram vítimas do produtor mantiveram silêncio, como fazem vítimas de assédio sexual e estupro no mundo todo - esses casos são notoriamente subnotificados.

Em 2015, 45.460 casos de estupro foram registrados no Brasil, ou 22,2 casos a cada 100 mil habitantes, segundo dados do anuário do Fórum Brasileira de Segurança Pública de 2016. Especialistas estimam, porém, que esse número representa entre 10% e 15% do total.

Dados da US Equal Employment Opportunity Commission, agência federal americana que faz cumprir as leis contra a discriminação nos locais de trabalho, mostram que três de quatro casos de assédio no trabalho naquele país não são reportados a supervisores.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Erros não, machismo: o caso Laís Andrade

A história é das mais tristes. Uma mulher, **Laís Andrade**, de 30 anos, vítima da incapacidade do seu ex-namorado em lidar com seus sentimentos pós término, teve sua privacidade e de seu filho invadidas por meio de uma câmera instalada em seu banheiro por esse ex, que admitiu que fez tal instalação. Evidentemente nem Laís nem seu filho sabiam dessa câmera.

Quando ela descobriu, buscou o atendimento policial. Um ato de extrema coragem, pois exercer o direito de ser protegida tem um custo elevadíssimo para as mulheres, em diversas camadas. A vítima vai ser responsabilizada, algo será levantado pelas autoridades policiais, direta e indiretamente, para fazê-la acreditar que ela tem culpa e responsabilidade pela violência que está sofrendo. E sim, mesmo racionalmente ela sabendo que não tem culpa, emocionalmente ela vai sentir essa culpa e vai sofrer demais mais de uma vez.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Justiça expede uma medida protetiva a mulher a cada 3 minutos, diz CNJ Carlos Madeiro Colaboração para o UOL,

O judiciário brasileiro concedeu uma média de 533 medidas protetivas a mulheres por dia em 2016, o que dá um caso a cada três minutos (2min42s para ser mais exato). O dado consta no levantamento "O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha", divulgado nessa quarta-feira (25) pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Em 2016 foram expedidas 195.038 medidas protetivas, que fazem parte de uma conta já milionária de casos que passam pelo poder judiciário nessa área. "As medidas protetivas têm caráter preventivo e são voltadas a providências urgentes. De acordo com a Lei Maria da Penha, existem dois tipos de medidas protetivas: as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor a uma conduta (como, por exemplo, suspensão do porte de armas, afastamento do lar, proibição de aproximação ou de contato com a ofendida, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, prestação de alimentos provisionais ou provisórios) e as medidas protetivas de urgência à ofendida (como o encaminhamento à programa de

proteção ou atendimento, afastamento da ofendida do lar, separação de corpos, restituição de bens etc.)", explica o estudo. Mais de 1 milhão de processos O levantamento aponta que, no ano passado, tramitaram mais de 1 milhão de processos referentes a casos de violência doméstica contra mulheres.

Desses processos judiciais, 70% eram casos antigos e que ainda estavam pendentes no ano passado. Segundo o levantamento, em 2016 tramitaram exatos 1.199.116 processos -- sendo ao menos 13,5 mil casos de feminicídio. Desses, apenas 334.088 foram casos novos. Ao todo foram preferidas 194.304 sentenças em casos de violência doméstica contra a mulher.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mães são acusadas de alienadoras ao denunciarem abusos contra os filhos

Lúcia perdeu a guarda de seus filhos ao iniciar dois processos contra o ex-marido, um por estupro e o outro por lesão corporal

Desde 2013, Lúcia* tem dois processos correndo na [Vara da Família em São Paulo](#) contra o seu ex-marido. O mais antigo por estupro e o outro por lesão corporal. As vítimas são seus dois filhos, de 4 e 6 anos na época dos crimes.

Hoje a guarda das crianças pertence ao pai, que ao ser denunciado acusou a mãe de Alienação Parental. Segundo a legislação, é a interferência psicológica de um dos responsáveis na criança ou no adolescente contra algum membro da família. Tida como alienadora, Lúcia tem direito a uma visita assistida, de duas horas, a cada quinze dias.

Quem constatou que os filhos de Lúcia sofreram agressão sexual foi o pediatra deles, acusado pela defesa do pai de ter sido contratado para dar o diagnóstico. A criança mais velha relatou ao médico que "o papai coloca o pipi no meu bumbum e dói". "Foi quando o médico me deu a carta para levar à delegacia com a [CID de abuso sexual](#) (Classificação Internacional de Doenças)", afirmou Lúcia.

Com o caso tramitando na Justiça, a mãe foi acusada de implantar falsas memórias nas crianças. “O juiz deu inversão de guarda há dois anos e eu entrei com o recurso”, que segue sem previsão de solução.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Morte de trans é denunciada com lei que combate assassinato de mulheres

A tarde em fevereiro de 2016, o corpo da trans conhecida somente como Michele foi encontrado em um terreno abandonado no Jardim Ângela, bairro na zona Sul de São Paulo. Ela era funcionária de uma ONG para tratamento de dependentes químicos e morava com um companheiro há cerca de dez anos, conta o Ministério Público. A perícia revelou que Michele foi estrangulada e morta a facadas. O MP denunciou o próprio companheiro dela como o suspeito do crime. É a primeira denúncia de feminicídio contra transgêneros registrada em São Paulo. A lei funciona como um agravante para homicídios dolosos (quando há intenção para matar) e torna um homicídio simples, cometido por ódio contra mulheres, em crime hediondo. Os promotores do caso afirmam que a ação pode ser o primeiro passo para se estender o entendimento a novos casos.

Vítima de feminicídio era alegre e trabalhadora Agressão que sofreu ainda dói muito, diz Maria da Penha

O promotor do caso, Flávio Lorza, relata que Michele viveu e foi tratada como mulher desde a adolescência. Era cozinheira na ONG onde trabalhava em São Paulo e tinha a própria casa. O companheiro, mais tarde, se mudou para lá e a relação do casal passou a ter um histórico de agressividade, diz o promotor. Segundo a lei de 2015, um homicídio doloso pode ser enquadrado como feminicídio caso tenha sido cometido como consequência de violência doméstica, familiar, preconceito ou desprezo contra mulheres. Enquanto uma pena por homicídio simples varia de 6 a 20 anos, o agravante feminicida vai de 12 a 30 anos de reclusão para Flávio, mesmo que a vítima seja transexual, a morte pode ser enquadrada na lei.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Jurisprudência

União amplia ações de ressarcimento contra agressores de mulheres

A União quer o ressarcimento das despesas que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou a ter com o pagamento de pensão por morte aos familiares de maridos que assassinaram suas esposas.

Internamente, a medida tem sido chamada “Ações Regressivas Maria da Penha”, em referência à legislação que trata de violência doméstica contra a mulher.

Responsável por pedir o ressarcimento, a Advocacia-Geral da União (AGU) solicitou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a edição de uma recomendação para que os juízes estaduais de todo o Brasil informem sempre que proferirem sentença condenatória neste tipo de processo. Isso está sendo feito, principalmente, com os magistrados lotados nas varas especiais de feminicídio.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

STJ diz que partilha pode incluir imóvel em área de terceiros

Nos casos de dissolução de união estável a divisão de bens do casal atinge também edificação em terreno de outro, decidiram ministros da Quarta Turma da Corte superior

Nos casos de dissolução de união estável, a partilha de bens do casal pode incluir edificação em terreno de terceiros. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça definiu esse entendimento ao analisar recurso que discutia os direitos de uma mulher sobre imóvel construído pelo casal em terreno dos pais do seu ex-companheiro.

“Penso ser plenamente possível a partilha dos direitos decorrentes da edificação da casa de alvenaria, que nada mais é do que patrimônio construído com a participação de ambos, cabendo ao magistrado, na situação em concreto, avaliar a melhor forma da efetivação dessa divisão”, afirmou o relator.

Segundo Salomão, é incontroverso nos autos que a mulher ajudou na construção da casa e tem direito a 50% do bem, ‘razão pela qual está correto o acórdão do tribunal de segunda instância ao determinar a indenização que lhe deve ser paga’.

Situação frequente. O relator destacou a relevância da situação analisada, ‘por ser frequente em vários casos de dissolução de união estável que chegam ao Judiciário’.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Suspensos recursos sobre dano moral em casos de violência doméstica contra mulher

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o sobrestamento dos processos pendentes de julgamento em segundo grau, bem como daqueles com recurso especial em fase de admissão, em que seja discutida a indenização de dano moral a ser paga nos casos de sentença condenatória por violência praticada contra a mulher em âmbito doméstico.

A suspensão se limita aos recursos já interpostos contra sentenças condenatórias, desde que tragam entre suas teses a alegação de que o pedido de reparação por dano moral deveria constar da denúncia ou de que tal questão precisaria ter sido debatida durante a instrução criminal.

A decisão da Terceira Seção não impõe a suspensão geral dos feitos em território nacional (prevista no artigo 1.037, II, do Código de Processo Civil), sobretudo dos que tramitam na primeira instância, dada a natureza eminentemente cível do tema em debate.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Legislativo em Foco

Senado muda Lei Maria da Penha e organizações pedem que Temer vete a proposta

A medida foi votada simbolicamente na Casa e anunciada como positiva, mas integrantes do Ministério Público, Defensores Públicos Gerais e organizações feministas criticam as mudanças a Tânia Rêgo/Agência Brasil

O Senado aprovou o Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher, projeto que altera a Lei Maria da Penha, a fim de permitir ao delegado de polícia conceder medidas protetivas de urgência às mulheres que sofreram violência e a seus dependentes, uma prerrogativa que hoje é exclusiva dos juízes. A medida foi votada simbolicamente na Casa e anunciada como positiva, mas integrantes do Ministério Público, Defensores Públicos Gerais e organizações feministas criticam as mudanças. Elas pedem que o presidente Michel Temer vete a proposta.

O projeto determina que a concessão de medidas pelo delegado só será admitida em caso de risco real ou iminente à vida ou à integridade física e psicológica da mulher e de seus dependentes. A autoridade policial deverá comunicar a decisão ao juiz e também consultar o Ministério Público em até 24 horas, de acordo com a proposta, para definir pela manutenção da decisão. Entre as medidas que podem ser aplicadas em caso de violência, estão a proibição de o agressor manter contato ou se aproximar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, vetando-o de frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da agredida, e o encaminhamento da mulher à rede de apoio às vítimas de violência.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Desunião em bancada de mulheres paralisa pauta da causa feminista

Além da dificuldade de emplacar projetos, parlamentares não chegam a consenso sobre temas como aborto

BRASÍLIA - Deputadas e senadoras têm enfrentado dificuldades em emplacar suas pautas no Congresso. Além de uma baixa representação parlamentar – são apenas 55 deputadas e 13 senadoras -, a bancada feminina não consegue chegar a um consenso sobre assuntos que envolvem temas mais ligados à causa feminista, como o aborto.

Entre os pontos que unem a bancada, estão o fim da violência contra a mulher e o aumento da participação feminina na política. Mas, mesmo assim, os projetos costumam emperrar no plenário.

Nas últimas semanas, as deputadas tentaram viabilizar a votação de uma proposta que reserva vagas para as mulheres nas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e na Câmara dos Deputados. Mesmo após diversos apelos ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a proposta de emenda à Constituição não foi colocada em votação.

Apesar do empenho da coordenadora da bancada feminina na Câmara, deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), a PEC não recebeu o apoio da maioria dos líderes da Casa, quase todos homens. Por se tratar de mudanças nas regras eleitorais, ela precisava ter sido aprovada até o dia 7 de outubro para valer para as eleições de 2018.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Comissão aprova direito de mães amamentarem durante prova de concurso

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou proposta que assegura às mães o direito de amamentarem seus filhos de até seis meses de idade durante a realização de concursos públicos federais. Foi aprovado o Projeto de Lei 3220/15, do senador José Medeiros (Pode-MT).

Pelo texto, a mãe indicará um acompanhante responsável pela guarda do lactente no período das provas. Esse acompanhante, que deverá chegar ao local até o horário estabelecido para o fechamento dos portões, ficará com a criança em local próximo, reservado à amamentação.

A mãe terá o direito de amamentar cada filho, se tiver mais de um, em intervalos de duas horas, por até 30 minutos cada um. O tempo despendido será compensado na realização da prova. Durante a amamentação, a mãe deverá ser acompanhada por um fiscal.

Relatora na comissão, a deputada Conceição Sampaio (PP-AM) disse que não há o que questionar sobre a importância do aleitamento materno, tanto para o bebê quanto para a mãe.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Comissão prevê pagamento de benefício temporário à mulher vítima de violência doméstica

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou proposta que altera a Lei Maria da Penha (Lei [11.340/06](#)) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas – [8.742/93](#)) para criar um benefício eventual a ser pago à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Pelo projeto (PL [8330/15](#), do Senado), o benefício deverá ser pago por prazo não inferior a seis meses.

Segundo o texto, a situação de vulnerabilidade temporária fica caracterizada pela possibilidade de danos à integridade pessoal da mulher ou de seus familiares, incluindo perdas decorrentes da privação de bens.

Relatora na comissão, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) apresentou parecer pela aprovação. “Entendemos ser de fundamental importância a aprovação do projeto porque ele complementa a lógica de tratamento integral, conferido pela Lei Maria da Penha, e oferece mais um importante instrumento de proteção à mulher vitimada”, disse a relatora.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

CCJ aprova pena para agressão sexual no transporte público

A votação ocorreu no mesmo dia em que mais um homem foi preso em flagrante por prática de ato obsceno em um ônibus em São Paulo

Transporte público: os projetos, aprovados por unanimidade, são de caráter terminativo (Tânia Rêgo/Agência Brasil)

Brasília – Na esteira dos recentes casos de violência sexual no transporte público, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou dois projetos que têm como objetivo tipificar o ato de “constrangimento ofensivo ao pudor em transporte público”.

A pena prevista em ambos os projetos é de 2 a 4 anos de prisão, podendo chegar a 6 em caso de violência ou grave ameaça.

A votação ocorreu no mesmo dia em que mais um homem foi preso em flagrante por prática de ato obsceno em um ônibus em São Paulo.

Segundo a polícia, ele foi detido após se masturbar e ejacular na perna de uma passageira na zona leste da capital paulista.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Parada Segura: mulheres ainda desconhecem Leis publicas mulheres de outubro

Há pouco mais de uma semana em vigor, falta informação sobre medida que determina descida fora do ponto após as 20 horas A Parada Segura, como tem sido chamada a Lei municipal Nº 7012 que determina a parada de ônibus fora dos pontos para mulheres a partir das 20h, ainda está em fase de adaptação. Promulgada no dia 28 de setembro e em vigor, falta divulgação e muitas mulheres desconhecem o direito.

A reportagem da **Tribuna Independente** esteve em paradas de ônibus de Maceió. Para a estudante Crislane Shayane, de 17 anos a informação foi recebida como surpresa. Mas ela afirma que vai ser benéfico para sua rotina, já que ela precisa se locomover no período da noite. “Não estava sabendo disso. Mas se eu precisar vou usar sim. Acho ótimo”, diz.

Para a corretora de imóveis Fernanda Farias, de 25 anos, e a secretária Aline Luciana, de 36 anos, parar próximo de casa é uma ajuda para os horários em que precisam ficar até mais tarde fora de casa.

“Eu não sabia [risos]. Não vi nada nos ônibus avisando. Eu acho que vou usar sim, e às vezes a pessoa precisa né. O ponto não fica distante, dependendo do ônibus que a gente pega. Tem uma rua bem esquisita para chegar ao apartamento e realmente é perigoso, só alguns ônibus passam perto. Achei ótimo”, diz Fernanda.

A aposentada Regina Souza de 48 anos não tinha conhecimento da lei. Mas segundo ela, no seu caso não vai ser tão necessário. Mesmo assim ela acredita que a mudança será positiva.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Políticas Públicas

Mulheres negras são as que mais sofrem com desigualdade em SP, aponta pesquisa

Menos favorecidas, elas vivem nas regiões periféricas da cidade e sem acesso aos principais equipamentos públicos. Dados foram divulgados pela Rede Nossa São Paulo.

As mulheres negras aparecem na primeira posição no ranking da desigualdade na cidade de São Paulo, de acordo com pesquisa divulgada pela Rede Nossa São Paulo na manhã desta terça-feira (24).

Menos favorecidas, elas vivem nas regiões periféricas da cidade e sem acesso aos principais equipamentos públicos. A diferença é visível na área da saúde, na qual as adolescentes negras registram os maiores índices de gravidez.

“Temos um problema de gravidez na adolescência crônico, você tem uma distância que vai de 0,8% nas regiões centrais da cidade e passa de 20% de taxa de gravidez na adolescência na periferia. Mas quando você divide essa gravidez na adolescência para mães negras e não negras você vê que a incidência de gravidez de mães negras chega a ser 3% superior do que a de mães brancas. A desigualdade na cidade de São Paulo tem endereço, tem cor, tem gênero e é isso que os governos e representantes públicos precisam assumir como prioritária responsabilidade de resolver na cidade” afirmou Américo Sampaio, gestor de projetos da Rede Nossa SP.

Ele critica a divisão imposta pela administração municipal no desenvolvimento de políticas públicas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Por que evitar clichês de gênero na educação das crianças desde cedo

Estudo mostra que em países ricos e nos pobres educar de forma desigual é prejudicial

No Brasil, campanha de marca de sabão ataca estereótipos e é alvo de conservadores. Os meninos gostam de carros. As meninas, de princesas. Os meninos podem estudar, as meninas fazem as tarefas domésticas. São estereótipos de gênero estabelecidos na infância pelos pais, professores, colegas e a sociedade em geral e podem ser prejudiciais quando o indivíduo começa a adolescência – ao redor dos 10 anos. Esta é a principal conclusão do estudo Global Early Adolescent Study, feito em 15 países pela Organização Mundial de Saúde e a Universidade John Hopkins (Baltimore, Estados Unidos). O debate sobre como os estereótipos têm consequências negativas nas crianças acontece há anos. Pais e educadores que defendem, cada vez mais, uma educação baseada na igualdade com muitos atores intervindo para alcançar este objetivo, tal como, por exemplo, as empresas de roupas; as associações para a igualdade, as intervenções educacionais igualitárias ou os muitos pais atuais cuja mentalidade é diferente dos das gerações anteriores. Os especialistas aconselham a trabalhar a igualdade de gênero na infância e não esperar a adolescência.

“Não importa se o seu filho está em Baltimore, Pequim ou Nairóbi”, explicam os autores da pesquisa que foi iniciada há seis anos, “o início da adolescência desencadeia um conjunto comum de expectativas de gênero rigorosamente impostas que estão ligadas a um maior risco ao longo da vida do indivíduo, de sofrer com HIV ou depressão, até recorrer à violência ou ao suicídio”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Panorama Internacional

Federação de futebol da Noruega anuncia pagamento igual para homens e mulheres

A partir de 2018, seleções masculina e feminina ganharão cerca de R\$ 2,4 milhões cada; mulheres dobrarão salário **27.5k**

Se no futebol brasileiro a disparidade entre salários nos naipes masculino e feminino é grande e sem prognóstico de melhora, inclusive com uma crise deflagrada na seleção feminina após a demissão da técnica Emily Lima, um país europeu tomou uma importante decisão para ficar mais próximo da igualdade entre gêneros no esporte.

'Elas não têm o respeito que merecem', diz Emily Lima

Maurine se torna a quinta atleta a deixar seleção após demissão de Emily Lima

A Federação Norueguesa de Futebol anunciou neste final de semana que o time masculino aceitou promover uma redução salarial em seus vencimentos a fim de que eles recebam exatamente o mesmo valor que a equipe feminina ganha pelas suas participações com a camisa do país.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

53% das mulheres no Reino Unido sofrem assédio no trabalho

A pesquisa indica que as mulheres são um alvo mais comum para chefes e diretores, com 30% dos casos contra 12% dos homens

Londres – Uma pesquisa divulgada aponta que 53% das mulheres no Reino Unido afirmam terem sofrido no trabalho ou local de estudo algum tipo de assédio sexual, desde brincadeiras inadequadas até agressões físicas.

Realizada pela Com Res, encomendada pela “BBC Rádio 5 Live”, a pesquisa ouviu entre 2.031 homens e mulheres adultas, revela também que 20% dos homens entrevistados disseram que sofreram algum tipo de assédio.

A pesquisa indica que as mulheres são um alvo mais comum para chefes e diretores, com 30% dos casos contra 12% dos homens, e uma em cada dez mulheres afirma que sua experiência negativa a levou a abandonar seu emprego ou centro educativo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A França enfrenta o “perigo mortal” da gramática feminista

Livro didático escrito em linguagem inclusiva provocou polêmica e repúdio da Academia Francesa

Tudo começou com um livro didático. Um manual escolar assinado por [Sophie Le Callennec](#), professora francesa de geografia e história, desencadeou um debate nacional ao ser o primeiro a adotar a [chamada linguagem inclusiva](#), que busca evitar as fórmulas sexistas. O volume em questão, intitulado *Questionar o Mundo*, publicado em setembro e dirigido a alunos de Educação Moral e Cívica do 3º ano do primário, motivou uma onda de indignação e dividiu políticos e intelectuais a respeito da necessidade de integrar ou não essas regras de gênero no uso comum da língua.

A polêmica chegou na semana passada à Academia Francesa. Seus 40 *imortais* difundiram na última quinta-feira um comunicado onde se declaravam contrários ao uso de uma linguagem igualitária. “Diante desta aberração inclusiva, a língua francesa se encontra, a partir de agora, em perigo mortal. Nossa nação é responsável perante as gerações futuras”, afirmou o organismo, fundado em 1763.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Nacional

Só 11% dos assassinatos de mulheres foram registrados como feminicídios em 2016

Segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo teve o maior número assassinatos, mas pouco mais de 10% foram classificados da forma correta

Em Lagoa Grande, em Minas Gerais, uma mulher de 38 anos morreu após uma facada no tórax do namorado. Segundo vizinhos, ele era possessivo e violento. Em Curitiba, a vida de outra, de 26 anos, esvaiu-se em golpes de faca após uma briga com o companheiro. Na virada do ano, em Campinas, um técnico de laboratório matou 12 pessoas a tiros, entre elas, nove mulheres, incluindo sua ex-esposa.

O 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), traz o número de assassinatos de mulheres registrados em 2016: 4.657.

O número representa uma mulher morta a cada duas horas. No entanto, do total, apenas 533 foram classificados como [feminicídios](#), termo que designa o extermínio de vidas femininas em contextos marcados pela violência de gênero.

Em geral, tal crime viceja sob a subnotificação e a invisibilização. Entre os exemplos, estão mortes de mulheres nas mãos de parceiros ou ex-parceiros incapazes de aceitar um término ou a autonomia da mulher, segundo Dossiê do Instituto Patrícia Galvão.

São Paulo apresentou o maior número, cerca de 525 mulheres assassinadas, onde somente 54 casos foram notificados como feminicídio. Em segundo lugar está Minas Gerais, com 494 mortes e, em terceiro, Bahia, com 471 assassinatos. Já o menor número registrado em 2016 se deu em Roraima, 15 crimes.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Brasil e países aprovam resolução sobre igualdade de gênero no Conselho de Direitos Humanos

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas adotou resolução de iniciativa do Brasil e de outros países sobre a importância das mulheres e meninas para o desenvolvimento sustentável. A medida solicita ao alto-comissário da ONU para os direitos humanos, Zeid Al Hussein, que organize um painel de especialistas para avaliar lacunas na promoção dos direitos e liberdades fundamentais das mulheres e meninas.

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas adotou na sexta-feira (29) resolução de iniciativa do Brasil e de outros países sobre a importância das mulheres e meninas para o desenvolvimento sustentável. Diretiva prevê que países adotem uma perspectiva de gênero em seus esforços para cumprir a Agenda 2030 da ONU, um conjunto ambicioso de metas para combater a pobreza, a violência e as mudanças climáticas.

A medida solicita ao alto-comissário da ONU para os direitos humanos, Zeid Al Hussein, que organize um painel de especialistas para avaliar lacunas na promoção dos direitos e liberdades fundamentais das mulheres e meninas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Um em cada cinco nascidos no país é filho de adolescente (mas não podemos falar sobre sexo!)

Recentemente, visitei algumas escolas públicas da cidade de São Paulo e algo me chamou atenção: havia muitas meninas grávidas. Em uma das escolas, na zona Sul de São Paulo, quatro garotas assistiam aula sustentando um barrigão. Traduzindo em estatística, isso representava, naquela escola, uma em cada dez meninas do, atenção, ensino fundamental. Elas tinham menos de 15 anos.

A gravidez na adolescência é tão comum no país que, hoje, uma em cada cinco crianças que nascem no país é filha de adolescente. É um índice terrivelmente alto. Quem conhece essa realidade, já sabe o caminho: essas meninas começam a ser excluídas na própria escola até abandonarem os estudos –e dificilmente voltam mais tarde.

E o que a gente está fazendo para melhorar esse quadro? Na prática, nada. Ao contrário: estamos querendo impedir que as escolas falem sobre sexo. E estamos proibindo que menores de idade tenham acesso a exposições que abordem o assunto.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres são menos de 10% dos personagens em livro de história usado em escolas públicas

Dos 859 personagens mencionados na coleção “História, Sociedade e Cidadania”, somente 70 são mulheres, que aparecem muito mais do que os homens em rodapés e caixas laterais, fora do eixo central da narrativa

Quando alunos do ensino médio das escolas públicas brasileiras leem sobre o Iluminismo no livro “Por Dentro da História”, de Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes (ed. Escala Educacional), eles aprendem sobre a vida, a obra e a importância de homens como Isaac Newton, Immanuel Kant, Voltaire e Charles de Montesquieu. Nenhuma mulher é citada nas páginas, embora a historiografia tenha amplo conhecimento de várias pensadoras influentes na época, como Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges e Marie Madeleine Jodin. O mesmo acontece em outros trechos, como o que aborda o cangaço, no nordeste brasileiro. Os autores citam Antônio Silvino e Lampião como “principais cangaceiros”, mas não há menção a Maria Bonita e Dadá, que também protagonizaram aquele evento histórico.

A omissão não é exclusividade do livro citado. A maioria dos textos didáticos brasileiros costuma privilegiar uma história masculina, branca e eurocêntrica. E esse cenário tampouco é novo. Há décadas, pesquisadores e ativistas vêm denunciando o machismo e o racismo nos livros escolares. Foi por causa dessas denúncias que em 1993 o Estado brasileiro passou a avaliar as obras compradas e distribuídas nas escolas públicas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Foi também graças à pressão de ativistas negros – mulheres, principalmente – na Conferência de Durban, em 2001, que o Brasil se comprometeu a implementar políticas de combate ao racismo. Entre as medidas tomadas pelo Estado, estão as leis [10.639/2003](#) e [11.645/2008](#), que obrigam o ensino das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena em todas as escolas do país.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Apenas 8% das empresas brasileiras têm uma mulher como presidente

Mesmo na diretoria, elas são minoria: ocupam apenas 21% dos cargos

A dificuldade das mulheres em alcançar cargos de liderança é um problema conhecido e que se repete no mundo inteiro. Mas o tamanho dessa dificuldade no Brasil é uma questão polêmica. Há muitas pesquisas que tentam chegar a essa resposta, mas “faltava um estudo que pudesse ser replicável ano a ano, para mostrar como isso está evoluindo”, afirma

Regina Madalozzo, professora do Insper e pesquisadora da condição da mulher no mercado de trabalho. Ela apresentou os resultados da pesquisa *Panorama Mulher*, realizado pelo Insper, em parceria com a Talenses.

O estudo foi feito com base nas 339 empresas que aceitaram responder ao formulário. O baixo número de participantes já foi um indício dos maus resultados que viriam. “Esperávamos que muitas empresas em todo o Brasil aceitassem responder a perguntas sobre a presença de mulheres nas lideranças das empresas, mas não foi o que encontramos. Ainda há resistência”, disse Regina. Entre as companhias participantes, apenas 8% têm mulheres como presidentes e 17% como vice-presidentes. Nos conselhos, só 9% dos membros são mulheres. Mesmo em cargos de diretoria, apenas 21% são mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

São Paulo e Déli, as megalópoles mais perigosas para as mulheres, segundo especialistas

Dado é de pesquisa da Thomson Reuters Foundation com 380 estudiosos no mundo

Na capital paulista, crime de estupro teve aumento de 10% em 2016 em relação a 2015

Na sexta-feira, um homem foi detido após assediar uma mulher dentro de um ônibus na zona oeste da São Paulo. Com o pênis de fora, ele foi preso em flagrante, acusado de ato obsceno e deliberado. Somente em setembro, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo registrou 391 casos de abuso sexual no transporte público da região metropolitana da capital paulista. Quando o crime analisado é estupro, as estatísticas também mostram um quadro dramático e em franca piora: 2.299 notificações foram feitas em 2016 só na cidade, uma alta de 10% em relação aos casos de 2015. Neste ano, já são 1.574 reportados até agosto, num panorama que representa apenas uma parte da realidade, já que é bastante comum no Brasil não procurar a polícia após um ataque sexual.

Um levantamento realizado pela Thomson Reuters Foundation ilustrou o que o noticiário exhibe diariamente: São Paulo é a megalópole mundial com o maior potencial de risco de violência sexual para as mulheres, na percepção dos especialistas na área que atuam na capital.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Femicídio mata oito mulheres por dia no Brasil; confira relatos

Assassinato de mulheres choca famílias. Quem sobrevive, muitas vezes, tem medo de denunciar.

Femicídio é o crime de ódio que mata oito mulheres por dia no Brasil. O Profissão Repórter mostra histórias de assassinatos, violência e relatos de quem sobreviveu e vive com medo.

A Lei do Femicídio foi criada em 2015 com base nos estudos da advogada criminalista Luiza Eluf: “A conduta é matar alguém, porém, se este alguém for mulher e, se essa mulher morrer devido às condições do sexo feminino no Brasil, ou seja, devido a subalternidade ou ao entendimento por parte do assassino, de que aquela mulher tem menos direito que ele e que aquela mulher lhe deve obediência total e ele tem o direito de vida ou morte sobre ela. Então, ele mata por esse motivo, ele estará cometendo um femicídio”.

Segundo a advogada, a punição do femicídio é maior do que a do homicídio porque o motivo do assassinato é torpe e a vítima é pega de surpresa, de emboscada, à traição: “Tudo isso a nossa lei considera que torna o assassinato mais grave do que um homicídio que tenha sido praticado de outra forma e por um por outro motivo”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Brasil contraria ONU e não divulga dados sobre feminicídios no país

Em abril deste ano, a fisioterapeuta Tássia Mirella chegava ao flat onde morava, em frente à praia de Boa Viagem, no Recife, quando foi atacada. No dia seguinte, seu corpo foi encontrado por um funcionário do prédio - estava nua e com um corte no pescoço. A perícia revelou que ela havia sido estuprada antes de morrer. A polícia acredita que o crime tenha sido cometido por um vizinho. Assassinatos como esse, além de estarrecedores, possuem um agravante: o feminicídio. Desde 2015, o Código Penal define que feminicídio é o homicídio doloso (com a intenção de matar) cometido contra mulheres e motivado por violência doméstica, familiar, menosprezo ou discriminação ao sexo feminino. A pena para um homicídio simples varia de 6 a 20 anos de detenção, enquanto o feminicídio impõe de 12 a 30 anos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que crimes de ódio contra a mulher sejam mapeados e divulgados periodicamente. Segundo a instituição, o procedimento auxilia em investigações e ajuda a criar políticas públicas de segurança de acordo com os perfis das regiões. Apesar disso, um levantamento feito pelo UOL mostra que a maioria dos estados brasileiros ainda não faz isso.

A reportagem checou os relatórios de criminalidade disponibilizados na internet pelos 26 estados e Distrito Federal, como já se é feito para crimes como homicídios dolosos, latrocínios e mortes causadas por policiais durante ocorrências. Apenas cinco estados divulgam números que fazem a distinção entre homicídio doloso e suspeita de feminicídio em seus relatórios.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

Mulheres árabes e judias marcham pela paz entre Israel e palestinos

Grupo também pede participação feminina em negociações

CISJORDÂNIA — Milhares de mulheres palestinas e israelenses realizaram um protesto exigindo que os líderes dos dois países cheguem a um acordo de paz. A manifestação começou na Cisjordânia, durante a manhã, e foi encerrada em Jerusalém.

De acordo com a Associated Press, 8 mil mulheres se reuniram durante a manhã numa região ao norte do Mar Morto, na Cisjordânia, sob a “tenda da reconciliação”. Mulheres e crianças árabes e judias ficaram lado a lado, com cartazes que diziam “A paz depende de você”, em árabe e hebraico.

O protesto deste domingo é o antepenúltimo ato do projeto “Jornada para a paz”, promovido pela ONG Women Wage Peace, que teve início no último dia 24.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Campanha “Eu Vou Contar” quebra silêncio sobre aborto no Brasil

Aos 40 anos, uma em cada cinco mulheres brasileiras já fizeram ao menos um aborto. Somente em 2015 foram meio milhão de abortos realizados no país, um a cada minuto. Mas a criminalização do aborto impõe silêncio a essa multidão de mulheres.

Falar sobre esse evento de sua vida reprodutiva é arriscar sujeitar-se a estigma e perseguição criminal. Por isso é que, para dimensionar a magnitude do aborto no Brasil, a Pesquisa Nacional do Aborto, tanto na edição de 2010 quanto na de 2016, usou a técnica de urna. As mulheres participantes da pesquisa responderam sobre ter feito ou não um aborto em

um questionário que, após preenchido, era depositado em uma urna, de forma que nem as pesquisadoras conheceram as respostas de cada entrevistada. O silêncio do aborto é imposto por nossas instituições políticas.

A injustiça da criminalização – que ameaça com risco de vida e punição particularmente a mulheres negras, indígenas e pobres – é tema de luta feminista há muitas décadas. Em 1987, uma emenda popular pela descriminalização do aborto foi apresentada pelo movimento de mulheres e rejeitada pelo Congresso Nacional Constituinte.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres vão apresentar queixa contra juiz que desculpa agressão devido a adultério

Acórdão da Relação do Porto confirma pena suspensa em caso de violência doméstica, censurando a vítima devido a uma relação extraconjugal. Especialista em violência de género considera argumentação “frontalmente contrária à Constituição”.

“O adultério da mulher é uma conduta que a sociedade sempre condenou e condena fortemente (e são as mulheres honestas as primeiras a estigmatizar as adúlteras) e por isso vê com alguma compreensão a violência exercida pelo homem traído, vexado e humilhado pela mulher.”

As declarações constam de um acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11 de outubro, que confirma a condenação de dois homens a penas suspensas por violência doméstica e outros crimes ([pode consultar aqui o documento na íntegra](#)). Fora de contexto, as palavras escritas pelo relator, o juiz desembargador Neto de Moura, e assinadas ainda por Maria Luísa Arantes, levaram alguns especialistas a questionar se se trataria de um processo atual: “A expressão ‘mulheres honestas’ foi muito comum entre a jurisprudência até, pelo

menos, ao fim da década de 80, mas já não constava no código penal de 1982”, explica a socióloga Isabel Ventura, autora de uma tese de doutoramento onde analisou os discursos judiciais em casos de violência sexual.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Capão Redondo recebe Girl’s Talk para marcar Dia Internacional da Menina

Com o objetivo de criar um espaço de protagonismo, diálogo e destaque para meninas e mulheres que estão mudando o mundo, a Plan International Brasil promove no dia 10 de outubro, a partir das 9h30, o Girl’s Talk – evento que reúne histórias inspiradoras num encontro aberto ao público e gratuito no Capão Redondo. O **Nós, mulheres da periferia** será representado por **Jéssica Moreira**, jornalista e co-fundadora do coletivo. Inscrições pelo site www.girlstalk.com.br ou pelo formulário: bit.ly/girlstalkparticipe

O dia 10 de outubro não foi escolhido ao acaso: ele marca a abertura do Dia Internacional da Menina, celebrado em 11 de outubro, e que chega à sua sétima comemoração. A data foi instituída pela ONU para evidenciar a desigualdade de gênero que coloca meninas e mulheres em desvantagem na sociedade.

É necessário discutir a desigualdade de gênero, a realidade das meninas em todos os cenários, principalmente nas periferias e regiões onde enfrentam mais dificuldades para terem seus direitos respeitados e garantidos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

Por que criar seus filhos de uma forma feminista, segundo Justin Trudeau

“Quero que meus filhos escapem da pressão de um tipo específico de masculinidade que é tão prejudicial aos homens e às pessoas ao redor deles.”

Primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau escreveu um [artigo para a Marie Claire](#) em que explica por que, além da política, é preciso criar os filhos para que se tornem feministas.

O educador e político é casado com Sophie Grégoire, ativista feministas, com quem tem três filhos: Xavier James, nascido em 2007, Ella-Grace Margaret, nascida em 2009 e Hadrian, nascido em 2014.

No texto, Trudeau afirma que está orgulhoso do trabalho que o governo canadense tem feito para tornar o país mais inclusivo e para promover a igualdade de gênero, mas destaca que a ação dos pais também tem pesos nesse processo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Você, que de alguma forma crê em direitos humanos, precisa conhecer Tatiane

Esta é mais uma coluna sobre silenciamento, racismo, cárcere, seletividade do sistema penal, interseccionalidade e a morte da população. Uma coluna que fala sobre os efeitos perversos da estrutura racial, mas que também é um pedido de socorro. Um pedido para que ao menos uma vez a empatia e a solidariedade estejam a serviço das mulheres negras.

A história que eu vou relatar nas linhas que seguem chegou até mim via Suzane Jardim. Eu desconhecia a existência dessa história e o meu desconhecimento me deixou absurdamente revoltada comigo mesma. Fiquei me questionando porque eu não sabia da história de Tatiane, fiquei com o estomago embrulhado por não saber. O relato completo sobre Tatiane está disponível na [página do DDH](#) e eu vou resumir aqui a situação absurda, racista e misógina da qual Tatiane é vítima.

Tatiane da Silva Santos é uma jovem negra cuja a vida é marcada pela violência e pela ausência dos direitos mais fundamentais de cidadania. Direitos que são cotidianamente negados para mulheres negras em todos os lugares da diáspora em razão do contínuo de iniquidades raciais que se estabelecem por toda a América.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Problema é histórico e cultural', diz doutora da Ufes sobre ES ser o 5º estado que mais mata mulheres

A taxa capixaba, de 6,9 mortes por 100 mil habitantes, está acima da média nacional, que corresponde a 4,4 mortes por 100 mil habitantes. Violência só é maior em Roraima, Goiás, Mato Grosso e Rondônia.

Espírito Santo é o 5º estado onde mais se matam mulheres no país, de acordo com o Atlas da Violência de 2017. A taxa capixaba, de 6,9 mortes por 100 mil habitantes, está acima da média nacional, que corresponde a 4,4 mortes por 100 mil habitantes. A violência só é maior em Roraima, Goiás, Mato Grosso e Rondônia.

Para a coordenadora do laboratório de estudos de gênero, poder e violência da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e doutora em sociologia política, Maria Beatriz Nader, esse é um problema histórico e cultural do nosso estado.

“A gente teve aqui uma colonização muito forte de portugueses até meados do século 19. A partir disso tivemos uma migração estrangeira muito pautada no patriarcado. Italianos, alemães, pomeranos, libaneses. A hierarquia de gênero nessas famílias que vem para cá é muito forte, e predomina durante muitos anos”, afirma.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

É preciso tratar o aborto como problema de saúde pública

Em 2007, o tema do aborto me escolheu. Ocupava havia poucos meses o cargo de ministro da Saúde, quando uma repórter perguntou minha posição sobre o assunto. Emiti a única resposta que se espera de um sanitarista: "[Questão de saúde pública](#)."

Minhas aspas ganharam as páginas dos jornais e colocaram holofotes sobre um problema que tirava a vida de milhares de mulheres e deixava outras tantas internadas. Dez anos depois, essa realidade pouco mudou.

Em 28 de julho, a estudante Glaycy Kelly do Nascimento morreu em decorrência de um aborto clandestino na Baixada Fluminense. Investigado, o caso virou notícia.

Caso contrário, acabaria como a maior parte das mortes por aborto no Brasil: invisíveis e fora das estatísticas simplesmente porque o aborto é crime aqui.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

“O poder público só nos vê quando a gente tomba”

Nossa reportagem foi até Ananindeua para investigar por que essa é a cidade que mata mais mulheres no Brasil

A sala está quente, abafada. O pequeno ventilador que gira no canto da mesa não dá conta de vencer os quase 40 oC que o termômetro marcava naquele começo de tarde no Pará. Os minutos de silêncio, timidez e hesitação precedem o peso dos depoimentos que viriam a seguir. Cada mulher sentada naquela roda sabe que não será fácil reconstituir as lembranças da violência sofrida durante anos. Algumas delas ainda vivem com seus agressores.

Elas estão reunidas na sede do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Cram) em Ananindeua, cidade da zona metropolitana de Belém. São mulheres diversas em idade, raça, classe e história, todas atendidas pelo serviço. Apesar das diferenças, todas têm algo em comum: o fato de estarem vivas para contar o que viveram significa que venceram as estatísticas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Quantas brasileiras serão mutiladas até falarmos sobre super diagnóstico de câncer de mama no país?

É verdade que o rastreamento de câncer de mama através da mamografia pode salvar vidas. Mas o que as mulheres não sabem é que o rastreamento de câncer de mama através da mamografia também pode destruir vidas.

O conceito de super diagnóstico, e mais recentemente super tratamento, não é algo simples de se explicar, é pouco intuitivo e vai contra a narrativa que milhões de mulheres tem escutado há anos que diz basicamente que “quanto mais cedo diagnosticado um câncer de mama, melhor”. Essa narrativa de fato faz todo sentido, só que quando pesquisadores

começaram a analisar os dados provenientes de estudos realizados em grandes populações de mulheres descobriram que a narrativa não é verdadeira. Ou seja, nem sempre diagnosticar um câncer de mama o mais cedo possível é o melhor para a mulher.

É verdade que o rastreamento de câncer de mama através da mamografia pode salvar vidas. Mas o que as mulheres não sabem é que o rastreamento de câncer de mama através da mamografia também pode destruir vidas. E pode levar a mutilação, a tratamentos de quimioterapia, a radioterapia, a imunoterapia, a ingestão de remédios e drogas pesadas. Pode trazer terror, pânico, pode tirar o sono, pode aumentar as chances de se ter leucemia, pode destruir relações, interromper vidas, aniquilar sonhos, reprimir desejos. E tudo isso, desnecessariamente!

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Agenda Cultural

Poeta mostra a História do Brasil sob a ótica de um útero

Em seu segundo livro, Luiza Romão revisita bases patriarcais com 28 poemas que representam as fases do ciclo menstrual

Um útero é do tamanho de um punho”, já disse a poeta Angélica Freitas. Um punhado de questionamentos escondidos nas nossas entranhas. O que ele diria se tivesse voz? É este

o exercício proposto por Luiza Romão em seu segundo livro, *Sangria*, que busca reescrever a História do Brasil evidenciando e rasurando suas bases patriarcais. Cada um dos 28 poemas – que representam as fases do ciclo menstrual – vem acompanhado de uma foto com intervenções de bordado e aplicação de objetos metálicos feitas artesanalmente pela poeta. Nas imagens, partes do corpo da própria artista, captadas pelo olhar do fotógrafo Sérgio Silva, são reinventadas para tornarem-se suporte de uma denúncia histórica.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Projeto "Nós Negras" difunde a ancestralidade afro-brasileira com música

Cris Pereira, Kiki Oliveira, Kris Maciel, Renata Jambeiro e Teresa Lopes criaram há dez anos o projeto

Em outubro de 2007, cinco jovens cantoras decidiram formar um projeto que dessa voz à mulher negra, em um momento em que os homens dominavam os espaços de samba no Distrito Federal. Mais do que artistas, elas se tornaram desbravadoras, abrindo espaço para outras mulheres, que hoje encantam com suas vozes os mais diversos bares e casas noturnas da capital. Dez anos depois, as cinco pérolas negras do samba voltaram a se reunir em um mesmo palco.

Cris Pereira, Kiki Oliveira, Kris Maciel, Renata Jambeiro e Teresa Lopes, que juntas formam o projeto Nós Negras, mostram que nunca é demais usar voz e talento para falar de negritude e mostrar a ancestralidade da mulher no samba brasileiro. Fortalecidas, seguem carreira pelos diversos espaços culturais da cidade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

#PrimaveradasMulheres' mapeia historiografia do feminismo no Brasil

Em 1968, um grupo de ativistas americanas protestou contra os absurdos padrões de beleza impostos às mulheres jogando objetos considerados símbolos de opressão no lixo: maquiagens, saltos altos e sutiãs –que, apesar da lenda, não foram de fato queimados.

Ainda assim, o episódio consagrou a imagem da queima de sutiãs como principal metáfora do feminismo. Foi a partir de 2011, quando mulheres tomaram ruas e redes em escala global, que emergiu a nova iconografia do movimento, tão diverso e complexo em pautas quanto em representações.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Visibilidade

O Mulherio das Letras é um movimento de visibilidade. Negras, indígenas, lésbicas, trans, travestis, moradoras das periferias, das zonas rurais, das cidades grandes, das cidades pequenas, do Sudeste, de fora dos eixos RJ/SP, do Norte, do Nordeste, do Centro Oeste e do Sul.

Nos textos, vídeos e pesquisas que aqui seguem, há espaço para as múltiplas vozes de mulheres e também de homens trans. Os textos abordam a experiência literária a partir do próprio lugar de fala, ou seja, da experiência individual para todo o movimento.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

As Guerrilla Girls se definem como um grupo de ativistas feministas que “usam fatos, humor e imagens ultrajantes para expor os preconceitos étnicos e de gênero, bem como a corrupção na política, na arte, no cinema e na cultura pop”. Constituído por ativistas anônimas, e conhecido por usar máscaras de gorila em suas aparições públicas, o grupo foi formado em 1985 em resposta a uma exposição realizada em 1984 no Museum of Modern Art (MoMA), em Nova York. Com o título *International Survey of Recent Painting and Sculpture* [Panorama internacional de pinturas e esculturas recentes] e curadoria de Kynaston McShine, essa mostra incluiu 165 artistas, no entanto, apenas treze eram mulheres.

O MASP apresenta uma retrospectiva com 116 trabalhos do grupo, incluindo dois novos cartazes brasileiros, baseados nas obras mais conhecidas das Guerrilla Girls. Esses dois cartazes tratam das dificuldades de ser uma artista em um mundo da arte e uma história da arte dominados pelos homens: *As vantagens de ser uma artista mulher* (1988/2017), *as mulheres precisam estar nuas para entrar no Met. Museum?* (1989) e, agora, o recente *no MASP?* (2017). Este último aborda o contraste entre o pequeno número de artistas mulheres comparado ao grande número de nus femininos da coleção em exibição no Metropolitan Museum de Nova York (5% e 85% em 1989, e 4% e 76% em 2012) e no MASP

(6% e 60% em 2017). Embora o MASP apresente números melhores do que os do Met, o resultado seria bem diferente se considerássemos o grande número de nus femininos do modernista brasileiro Pedro Correia de Araújo, em exibição na galeria do segundo subsolo até 18 de novembro.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

O Conto da Aia: A sombra do futuro distópico já vive entre nós

O livro “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood, foi publicado pela primeira vez em 1985 e, após mais de trinta anos de seu lançamento, foi adaptado ao formato de seriado e se tornou uma febre mundial.

“Nenhuma bugiganga imaginária, nenhuma lei imaginária, nem atrocidades imaginárias. Deus está nos detalhes, é o que dizem. O diabo também” foi a regra que Atwood criou para si mesma para escrever esse livro e talvez seja justamente a possibilidade dos acontecimentos narrados serem o futuro do mundo presente que tenha tornado essa obra icônica.

Após um golpe contra o governo dos Estados Unidos, Gilead, uma teocracia de direitos muito limitada, é criada. Com os graus de fertilidade cada vez mais baixos devido a contaminação de águas, terras e afins, garantir a procriação da população passou a ser o principal argumento da necessidade de imposição de leis absurdas e, mais uma vez, a culpa da esterilidade fica na conta só das mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155

Cep:01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.def.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br